

## XIX ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA

### CONDIÇÕES DE TRABALHO, PRODUÇÃO DE VALOR E EXPLORAÇÃO NA CSN PÓS-PRIVATIZAÇÃO

Autores: José Luiz Alcântara Filho – UFF/ICHS  
Leonardo da Silva Olegário – UFF/ICHS

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo analisar as relações produtivas existentes no complexo siderúrgico da Usina Presidente Vargas (UPV) pertencente à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), buscando contrastar os ganhos adquiridos ao longo dos anos pela empresa aos retrocessos de direitos contraídos pelos trabalhadores, utilizando como marco conceitual de demonstração o período pós-privatização da usina, onde há uma maior intensificação e precarização da força de trabalho. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa utilizando dados quantitativos para fins descritivos a fim de apontar as particularidades supracitadas. Portanto, o objetivo geral foi traçar as principais características que norteiam dos bônus adquiridos pela companhia em detrimento dos ônus contraídos por seus funcionários. Constatou-se que há uma discrepância em relação aos números em torno dos lucros e investimentos do Grupo responsável por gerir as ações da CSN, em relação aos benefícios dos operários que, desde o final da década de 80, com a fragilização de sua base sindical, juntamente com as novas formas da estruturação produtiva da empresa, passaram a contrair uma série de derrotas que são confrontadas com os objetivos inversos da lógica de acumulação do capital. Os resultados, portanto, demonstram a desproporcionalidade entre as duas vertentes: de um lado o grupo CSN e o alcance dos seus objetivos ao longo do tempo; e de outro, a classe trabalhadora, acumulando declínios em direitos adquiridos ao longo dos anos; caracterizando os principais fatos que corroboraram para a ofensiva do capital, que são traçados a partir da exploração dos trabalhadores, no caso específico do texto os pertencentes à Usina Presidente Vargas.

**Palavras Chaves:** Retrocessos de Direitos; Precarização/Exploração do Trabalho; CSN.

## 1. INTRODUÇÃO

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), criada na década de 40 durante o Governo Vargas, foi considerada como marco na conjuntura de industrialização nacional e assumiu um papel de extrema importância na vida de todos os cidadãos de Volta Redonda e região. Trata-se segundo as concepções de Eric Hobsbawm (1981) uma *Company Town* onde, em um primeiro momento, surge o complexo siderúrgico e depois o espaço urbano, expandindo a indústria para a fora do ambiente fabril. Desde a instalação da indústria em Volta Redonda, a siderurgia se torna a maior empregadora, assim como maior geradora de tributos da cidade - situação que permanece até os dias atuais.

Essa forte ligação existente entre indústria e os moradores de Volta Redonda e cidades adjacentes fez com que a figura do Sindicato dos Metalúrgicos da CSN representasse um papel de extrema importância nas questões voltadas aos direitos dos trabalhadores, desde a criação da empresa, enfrentam um ambiente de trabalho que até hoje, mesmo com o advento da tecnologia, maior amparo jurídico e das regulações interna de trabalho é considerado hostil.

A década de 90 caracterizada é pela profunda adoção dos ideais ditos neoliberais<sup>1</sup>, onde no Brasil, com o Governo Collor fez com que fossem realizadas e adotadas políticas cujo objetivo principal foi enxugar as estruturas do Estado.

Uma das ações prioritárias do governo foi a instauração do Plano Nacional de Desestatização (PND), onde as empresas estatais ditas deficitárias, passaram por diversas reformulações com o objetivo posterior de privatização das mesmas. Este projeto de transição foi facilitado, em Volta Redonda, mediante a uma espécie de “preparação do terreno” executada através de dois eixos principais (de um lado a Força Sindical atrelada ao Sindicato e do outro, representando os interesses da empresa na figura do seu próprio presidente, Procópio Lima Neto) fizeram com que grandes modificações fossem executadas dentro e fora do complexo siderúrgico. Podemos citar como exemplo, fora do ambiente fabril, a política deliberada da empresa de implementação de uma nova ideologia nas famílias dos empregados da CSN com o objetivo de repassar um viés positivo em relação ao processo de desestatização; dentro do próprio ambiente siderúrgico, diversas ações de enxugamento da estrutura da força de trabalho através do fechamento de diversas unidades (o discurso voltado para o fechamento das unidades adotava o critério de uma maior eficiência para a empresa<sup>2</sup>), facilitando assim, o processo de privatização que ocorreu via leilão em 1993.

Partindo desse típico cenário de grandes demissões oriundas do enxugamento da força de trabalho e abertura comercial somado à consolidação da ideologia da classe dominante de que a única alternativa à competição acirrada e avanços tecnológicos seria a privatização<sup>3</sup>, foi possível a desestatização da CSN e, por conseguinte, passou a se intensificar o grau de exploração e precarização das condições de trabalho no complexo siderúrgico. Como exemplo podemos citar as ameaças de demissões, as perdas salariais e de participações nos lucros já consolidados desde à privatização até os dias de hoje, onde cada vez mais, os interesses do capital sobressaem quaisquer outros objetivos presentes na lógica da estrutura produtiva do capitalismo (GRACIOLLI, 2007).

---

<sup>1</sup> Os ideais em questão estão apoiados nos itens que o Brasil incorporou em sua política no período supracitado descrito por Silva Junior (2005), como os dez pontos, também chamados de decálogo, levantados pelo Consenso de Washington. São eles: 1) Disciplina Fiscal, eliminando o déficit público; 2) Focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infraestrutura; 3) Reforma Tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos; 4) Liberalização Financeira; 5) Taxas de câmbio competitivas; 6) Liberalização do comércio exterior; 7) Eliminação de restrições ao capital externo, permitindo Investimento Externo Direto (IED); 8) Privatização; 9) Desregulação com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas; 10) Propriedade Intelectual

<sup>2</sup> Desde a sua criação a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) operou em moldes que privilegiava o capital privado fazendo com que os seus produtos fossem vendidos no mercado com uma defasagem em torno de 40 a 60% em relação aos seus custos de produção conforme citado pelos estudos de GRACIOLLI (2007).

<sup>3</sup> No caso específico de Volta Redonda vale a pena ressaltar à particularidade da aceitação deste cenário como inevitável e necessário por parte do próprio sindicato, sem que haja um mecanismo de resistência como forma de empecilho (GRACIOLLI, 2007).

Sendo assim, visa-se, com o presente trabalho, apresentar uma visão atual de retrocessos de direitos até então adquiridos pelos trabalhadores, bem como o processo de intensificação/precarização das condições de trabalho da CSN no período pós-privatização.

Para tanto, os resultados obtidos serão pautados em análises exploratórias de dados secundários e literaturas já existentes sobre os diversos problemas e cenários encontrados na Usina Presidente Vargas (UPV) registrados nas obras de Graciolli (2007), Dias (2010), Calife (2000), clássicos que exprimem as lutas de classes existentes desde a criação do capitalismo como Marx (2009) e Engels (2010). Portanto, visa-se, com a presente pesquisa, contrastar o acúmulo de capital adquirido pela empresa com a adoção de práticas que precarizam e/ou intensificam a exploração da força de trabalho dos metalúrgicos ligados à CSN.

Em um primeiro momento será analisado a importância econômica e cultural da Companhia Siderúrgica Nacional no município de Volta Redonda. Em um segundo momento, o resgate histórico entre a resistência da base operária e a perda de direitos ao longo dos últimos anos, que contrasta com aumento da produtividade e lucratividade da empresa. Por fim, serão levantadas as principais conclusões obtidas dentro do escopo de análise proposto no decorrer deste trabalho.

## **2. O LEGADO E A IMPORTÂNCIA ECONÔMICA E CULTURAL DA CSN**

A história da CSN é frequentemente confundida com a da própria cidade desde a sua criação. Toda a estrutura existente em Volta Redonda estava diretamente atrelada à Companhia. As casas, os hospitais, as ruas e todo tipo de saneamento tinha a CSN como elemento central de estruturação. A desvinculação do município de Volta Redonda, até então pertencente à Barra Mansa, no dia 17 de julho de 1954, por exemplo, foi realizada como razão principal, a importância do complexo siderúrgico existente, fazendo com que a cidade pudesse “caminhar sozinha, com as próprias pernas”. É válido destacar os fortes laços de dependência que sempre existiram entre a cidade e a indústria. “O início dos trabalhos da Companhia iria significar uma mudança radical na vida e nas características da localidade. Em 1942, a CSN já empregava 6154 trabalhadores, portanto mais do que o dobro de habitantes do “distrito” ocupados na construção da usina e da cidade” (CALIFE, 2000, p. 49).

Portanto, desde a criação, o complexo siderúrgico é o responsável pela maior parte dos empregos existentes na cidade, seja ele ligado direta ou indiretamente à companhia. “Os nomes da Companhia e da cidade se confundem, falasse indistintamente em “Volta Redonda” ou em “Companhia Siderúrgica Nacional”, como se ambas fossem uma coisa só, marcando a simbiose entre cidade e fábrica” (CALIFE, 2000, p. 62).

Diante desse cenário, o trabalhador passou desde o início das operações a enxergar a usina como única opção de emprego existente, seguindo a fita as regras estabelecidas pela siderúrgica. Além da total obediência aos interesses empresariais a maioria dos trabalhadores até então acostumados com a vida rural, de uma hora para a outra, se encontravam dentro de uma indústria, com suas ações sendo controlado todo o tempo, dentro e fora do ambiente fabril. A passagem de Marx a seguir corrobora com a lógica vivenciada no contexto da época em Volta Redonda:

Não basta que haja, de um lado, condições de trabalho sob a forma de capital e, do outro, seres humanos que nada têm para vender além de sua força de trabalho. Tampouco basta forçá-los a se venderem livremente. Ao progredir a produção capitalista, desenvolve-se uma classe trabalhadora que, por educação, tradição e costume aceita as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes. A organização do processo de produção capitalista em seu pleno desenvolvimento quebra toda a resistência (...) e consolida a dominação capitalista sobre o trabalhador. (MARX, 2009, p. 851)

Ou ainda, os pensamentos de Engels sobre a classe trabalhadora da Inglaterra:

“O proletariado é desprovido de tudo – entregue a si mesmo, não sobreviveria um único dia, porque a burguesia se arrogou o monopólio de todos os meios de subsistência, no sentido mais amplo da expressão. Aquilo de que o proletariado necessita só pode obtê-lo dessa burguesia cujo monopólio é protegido pela força do Estado. Eis por que o proletariado, de direito e fato, é escravo da burguesia que dispõe sobre ele de um poder de vida e de morte. Ela lhe oferece os meios de subsistência, mas em troca de um “equivalente” – seu trabalho; e chega ao ponto de lhe dar a aparência de agir segundo sua própria vontade, de estabelecer livremente com ela um contrato, sem constrangimentos, como se o proletariado fosse o autor de seu próprio destino”. (ENGELS, 2010, p.118)

O nome da CSN, além das questões supracitadas em torno da oferta dos empregos existentes na cidade, também estava ligado as principais fontes de lazer e cultura. Como exemplo, temos o Clube Umuarama<sup>4</sup>, o Recreio do Trabalhador (destinado aos operários) e o Clube dos Funcionários da CSN (destinado aos técnicos e engenheiros), cada um com suas respectivas particularidades e com o nome da CSN ligado diretamente as suas construções e funcionamentos.

Além dos clubes, as praças, o primeiro cinema da cidade o cine 9 de abril, fundado em 1959, que por sinal, leva o nome da fundação da companhia, além dos principais espetáculos realizados na cidade, durante anos, estiveram também ligados à companhia.

Em uma dada situação de forte dependência, onde as ações da empresa estão ligadas diretamente a vida do trabalhador dentro e fora da sua jornada de trabalho, através das ações de lazer e cultura, quaisquer transformações que venham a ocorrer na siderúrgica, faz com que os moradores recebam o impacto em suas vidas, mudando seus hábitos e ações até mesmo os mais rotineiros. E o maior embate, desde a criação da siderurgia, ocorreu após a privatização da empresa.

---

<sup>4</sup> O Clube Umuarama conta com uma certa particularidade. Neste clube a companhia esteve presente apenas no apoio de sua construção. Outro aspecto que vale ser destacado é que o clube apresenta certo elitismo dentre os seus frequentadores, sendo vetada a entrada de operários e negros no início de seu funcionamento.

Portanto, desemprego, desilusão, redução drástica no quadro de funcionários, “relação profissional” com o Sindicato, crise econômica e política passaram a compor o cenário delineado após a desestatização. (LIMA, 2010, p. 160)

Com uma política de “saneamento” da empresa, vários setores foram fechados acarretando uma série de demissões, acompanhado a uma política de terceirização de vários setores mudando drasticamente a vida de todos os moradores da cidade e região. Situação essa agravada pela maneira com que foi realizado, juntamente com a cessão de uma série de terrenos existentes no município (cerca de 46% do total dos terrenos da cidade pertencem a CSN), o que inclusive está relacionado diretamente com a dificuldade de novos investimentos na cidade já que a maioria dos terrenos livres pertencem a companhia. Outro agravante da privatização, foi a perda de uma série de direitos adquiridos juntamente com o enfraquecimento da base sindical da cidade que desde a década de 40 era descrito como exemplar para o restante do país nas questões de mobilizações e parcerias vigentes na época, assunto este que será abordado adiante.

### **3.DA RESISTÊNCIA OPERÁRIA À PERDA DE DIREITOS TRABALHISTAS: CONTRAPOSIÇÃO AO ACÚMULO DE CAPITAL DA EMPRESA**

Desde a sua privatização em 1993, a CSN vem, ao longo dos anos, expandindo seus negócios para além da siderurgia, mantendo altas taxas de lucratividade e produtividade e, em contrapartida, retirando diversos direitos e benefícios dos trabalhadores.

A adoção da gestão da qualidade total (TQM – sigla em inglês para *Total Quality Management*) faz com que a empresa adote diversas ações culturais e administrativas, dentro e fora do ambiente fabril, no qual destaca-se as que resultaram em enxugamento de sua força de trabalho e consequente aumento de produtividade. A proporção inversa entre produtividade e o número de trabalhadores da empresa podem ser explicados pela precarização e acúmulo de funções absorvidas pelos trabalhadores com a implantação de novos métodos por parte da companhia. A figura 1 representa as demissões que foram realizadas desde 1989 até 1997 e o aumento na produtividade da empresa no mesmo período.



**Figura 1:** Produtividade/Demissões – 89/97

**Fonte:** Graciolli, 2013. Mimeo

É importante frisar que essa mudança radical na forma de gestão é impulsionada pela crise vivenciada pela empresa, onde segundo Graciolli (2007), quase 94% dos custos de produção eram gastos com credores, a força de trabalho, por sua vez, representava algo em torno de 29% do custo total da produção, ou seja, o problema maior não consistia no número considerado elevado de trabalhadores e sim em questões ligadas a administração. A força de trabalho da siderurgia nacional, comparada com a de outros países retrata uma discrepância entre a maior produtividade e o menor salário-hora conforme apresentando na tabela 1.

**Tabela 1:** Comparação da Produtividade e do Salário na Siderurgia Mundial (1991)

Países	Produtividade (Homem-Hora/tonelada)	Salário (US\$/hora)
EUA	6,0	27
Japão	6,1	24
Alemanha	6,1	25
Reino Unido	6,1	20
França	6,2	24
Canadá	6,5	25
Austrália	7,0	21
Coréia do Sul	7,1	9
Taiwan	8,2	9
Brasil	14,0	4

**Fonte:** Dieese & Outros, “Diagnóstico da Siderurgia Brasileira *apud* GRACIOLLI (2007, p. 234)

A tabela demonstra que o trabalhador brasileiro produz quase o triplo em relação a um trabalhador norte-americano e recebe cerca de oito vezes menos se a mesma comparação for realizada em torno de salários. Se analisarmos os dados com países subdesenvolvidos como Taiwan, ainda sim a proporção é discrepante, com o operário nacional produzindo quase que o dobro e recebendo menos que a metade. Essas informações servem para destacar tanto o grau de exploração sofrido pelo trabalhador brasileiro, como para desmistificar as questões em torno da necessidade de redução drástica da força de trabalho para uma maior eficiência organizacional, as demissões em massa só aumentam ainda mais a precarização/exploração que é contrastada em relação aos ganhos em prol do capital.

Portanto, o aumento da produtividade do período de pós-privatização está ligado a precarização/exploração do trabalho, em um cenário onde funções foram extintas e absorvidas por trabalhadores que passam a acumular duas, três ou um número ainda maior de atividades em sua jornada de trabalho.

Nos últimos anos, o Grupo Empresarial responsável por administrar as unidades da Companhia Siderúrgica Nacional, desde 2001, expandiu os seus negócios em quatro grandes setores. Além da própria siderurgia, as áreas de mineração, cimento, logística e energia foram absorvidas como novas formas de empreendimento e aumento de capital. Essas mudanças são descritas no quadro 1.

Ano	Setor				
	Siderurgia	Mineração	Cimento	Logística	Energia
2001	Aquisição Heartland Steel - CSN LLC				
2002	Aquisição da Metalic - Latas de Aço - Fortaleza - CE				
2003	Aquisição da CSN Paraná – Araucária - PR			Aquisição de Ações do Porto Sepetiba TECON - Itaguaí - RJ	
2004	Aquisição Galvasud - Porto Real - RJ				
2005		Aquisição ERSÁ - RO			
2006	Aquisição da PRADA; Aquisição integral da Lusosider - Portugal			Transnordestina S.A. incorporada pela Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN) - posteriormente denominada Transnordestina Logística S.A. (TLSA).	
2007		Controle da NAMISA - MG			
2008				Aquisição - Terminal de Granéis Sólidos (TECAR) - Itaguaí - RJ	
2009			Início da Operação - CSN Cimentos S.A. - VR - RJ	Ampliação de ações na MRS Logística (32,7% do capital votante)	
2010	Início da Construção da Indústria de Aços Longos - VR				
2011	Construção - Usina de		Expansão da indústria		

	Aços Longos - São Brás do Suaçuí (MG); Aquisição de 15,15% das ações preferenciais e 11,29% das ações ordinárias da Usiminas		de Cimentos - VR - RJ – Início da Produção clínquer		
2012	Stahlwerk Thüringen GmbH (SWT) - Aços Longos - Alemanha	Expansão da Mineradora Casa de Pedra - MG			
2013	Provável compra da CSA* - Santa Cruz -RJ			Ampliação da Participação na Transnordestina Logística S.A. (75,92%)	Implementação da Turbina de Topo - Alto Forno 3 – VR - RJ

**Quadro 1:** Principais Investimentos do Grupo CSN nos últimos anos

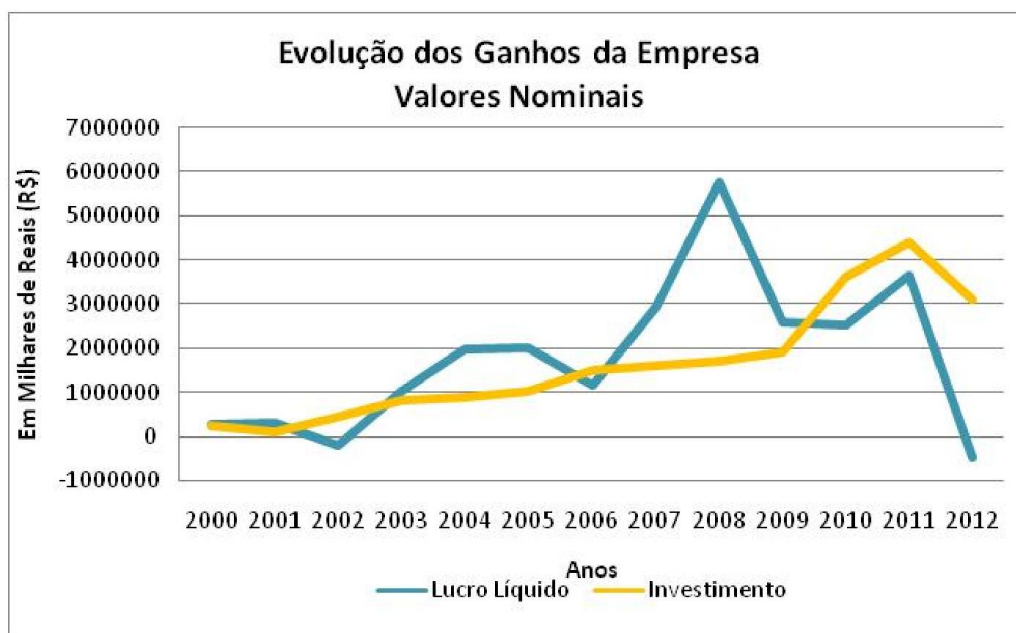
**Fonte:** Elaboração Própria\* Apesar da compra da empresa por parte da CSN ainda não ter sido realizada, as negociações se encontram bem adiantadas.

É válido destacar que todas essas novas formas de estruturação produtiva abordadas pela empresa (com expansão de sua marca inclusive para fora do país) atinge diretamente os acionistas da empresa<sup>5</sup>, que recebem números elevados de repasse dos lucros da companhia, enquanto os seus operários que trabalham em situação com alto grau de risco (conforme descrito no primeiro anterior) vem ao longo dos anos, em sentido inverso ao da empresa, acumulando perdas de direitos conquistados ao longo dos anos. A Empresa, no 3º trimestre de 2013, está entre as que mais lucraram no país com R\$ 499 milhões, uma variação de 194,4% em relação ao mesmo período em 2012. Em contrapartida, a participação nos lucros e resultados (PLR) foi a menor já paga pela empresa. O tema será abordado detalhamento no decorrer do trabalho.

Essas mudanças ao longo dos anos, em torno de novas aquisições e expansão de sua estrutura produtiva, fez com que a empresa registrasse as taxas de lucros crescentes ao longo dos anos. O número de investimentos e o lucro líquido da empresa no período entre 2000 e 2012 são refletidos na figura 2.

<sup>5</sup> Essa afirmativa pode ser comprovada em matéria do jornal Diário do Vale do dia 08/08/2013 representando o valor pago aos acionistas da empresa, chegando a cifra de R\$ 300 milhões em um único semestre, levando a crer que o valor pago em 2013 será superior ao de 2012, valor maior que R\$ 1 bilhão. Disponível em: [http://diariodovale.uol.com.br/noticias/1,77371,CSN%20paga%20R\\$%20300%20milhoes%20a%20acionistas.html#axzz2kPUaIQgV](http://diariodovale.uol.com.br/noticias/1,77371,CSN%20paga%20R$%20300%20milhoes%20a%20acionistas.html#axzz2kPUaIQgV).





**Figura 2:** Gráfico de Evolução dos Ganhos da Empresa

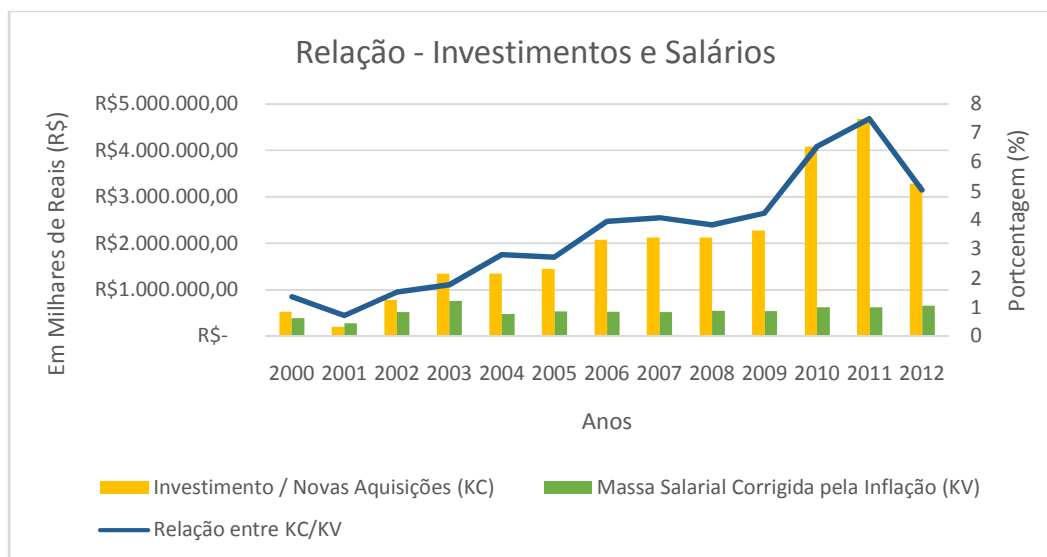
**Fonte:** Elaboração Própria com Base nos Relatórios Anuais da Empresa

Diante da análise do gráfico, podemos observar uma variação positiva em relação ao total de lucro e investimentos realizados pela companhia ao longo dos últimos doze anos, com exceção para os anos de 2002 e 2012. No ano de 2002, a principal explicação para o prejuízo acumulado no período foi em relação à variação cambial ocorrida no segundo e no terceiro semestre do ano (22,4 e 36,9% respectivamente) impactando os negócios da empresa fora do país assim como o investimento realizado no período. Com a normalização da situação cambial no ano subsequente, a empresa voltou a alavancar suas taxas de lucratividade. Já o ano de 2012 merece uma atenção especial. O “prejuízo” em torno do período se deu em relação à política de expansão e manutenção de altas taxas de lucratividade que levaram a empresa durante o período 2011/2012 a comprar de ações da Siderúrgica Usiminas. Por se tratar de um investimento a médio e longo prazo e com a respectiva queda no valor ações da empresa resultou, portanto, ser a grande responsável pelo prejuízo obtido no período, conforme notícia eletrônica da Revista Exame<sup>6</sup> de 15/08/2012. Há se destacar, portanto, que o prejuízo retratado no período foi ocasionado por alavancagem de ações da própria CSN no intuito de obter novas formas de rendimento, investindo em ações que a curto prazo impactaram na situação econômica da empresa, ou seja, tudo leva a crer que a situação observada em 2012 não se tratou de um problema operacional ou na esfera produtiva da empresa como também não só foi, como será uma exceção, em relação a situação econômica da companhia, conforme as palavras David Salama, diretor de relações com investidores da CSN:

<sup>6</sup>Disponível em <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/por-que-a-usiminas-foi-a-grande-vila-do-prejuizo-da-csn>. Acesso em 5 de dezembro de 2013.

Nossa perspectiva é mais animadora para os próximos meses. Acreditamos que a importação de aço está equalizada, o que nos dá mais espaço para avançarmos no mercado interno”, afirmou o executivo. (EXAME, 2013, notícia do dia 15/08/2012)

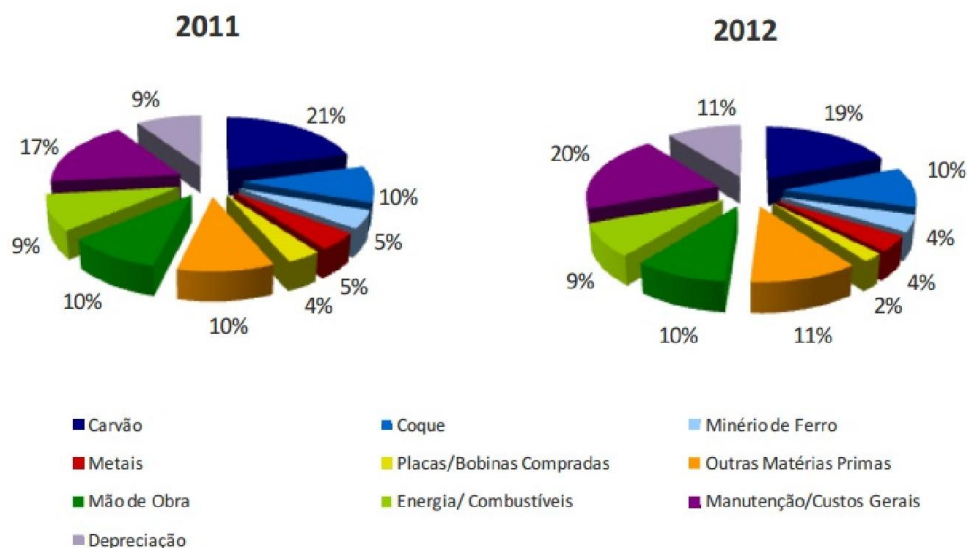
Conforme já abordado anteriormente, apesar das altas taxas de lucro e investimentos no período, a divisão dos ganhos se deu entre os seus diretores e acionistas, os trabalhadores, responsáveis diretamente pelos ganhos da empresa, não desfrutaram dessa divisão, situação essa confirmada na figura 3.



**Figura 3:**Gráfico de Relação entre Investimento e Salários

**Fonte:** Elaboração Própria com Base nos Relatórios Anuais da Empresa

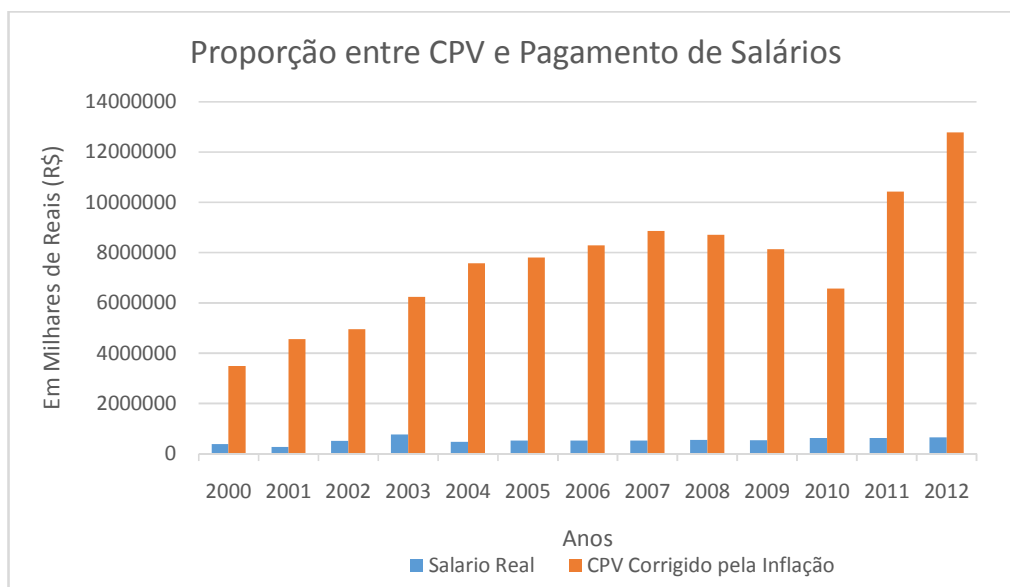
Os dados mostram que durante os últimos doze anos, o valor pago em salários aos funcionários da empresa, além de se manter praticamente constante, não representaram sequer 8% do valor utilizado para investimento de novas formas de produção de capital, sendo o ano de 2011 o período em que as duas variáveis representaram a menor diferença, o valor apurado foi um pouco mais do que 7%, valor inexpressivo visto ao montante de capital que a empresa utilizou adquirindo novos meios de produção. Percebe-se que com o aumento crescente dos investimentos na empresa enquanto os salários se mantêm constantes, o que por sua vez, nos dá evidências suficientes para dizer que está ocorrendo um aumento da composição orgânica do capital poupador de força do trabalho. A discrepância obtida em relação aos valores de ganhos da empresa no período e a relação dos salários pagos aos seus funcionários, refletindo o alto grau de exploração executado pela empresa podem ser observadas comparando ao valor do custo de produção, onde é destacado o pequeno impacto que os gastos com força de trabalho exercem dentro da despesa, cerca de 10%, em relação aos outros itens do processo de fabricação. Essa relação comparativa entre a proporção dos gastos de mão de obra e os outros custos do processo produtivo são retratados na figura 4.



**Figura 4:** Gráfico de Proporção de Custos de Produção da CSN - 2011/2012

**Fonte:** Balanço Anual da Companhia Siderúrgica Nacional – Ano de 2012

O resultado comparativo em relação aos salários e os custos ficam ainda mais desproporcionais, se variável utilizada for referente ao Custo dos Processos Vendidos (CPV), conforme mostrado abaixo na figura 5 com os valores corrigidos em relação a inflação do período.



**Figura 5:** Gráfico de Proporção entre CPV e Pagamento de Salários

**Fonte:** Elaboração Própria com Base nos Relatórios Anuais da Empresa

A fim de demonstrar toda a relação exploratória em torno da força de trabalho da CSN, buscando analisar a taxa de exploração existente na empresa, foi elaborada a figura 6, que sintetiza o que vem sendo discutido no capítulo em torno da intensificação/precarização da força de trabalho.



**Figura 6:** Gráfico de Relação entre Receita e Salários

**Fonte:** Elaboração Própria com Base nos Relatórios Anuais da Empresa

O gráfico mostra toda a desproporcionalidade existente entre as taxas de lucratividade e o valor pago em salários aos funcionários da empresa, valor este que não representa nem ao menos 10% da receita líquida da companhia nos últimos anos, reafirmando que os bônus conquistados pela empresa nos últimos anos são incorporados por seus acionistas e diretores em detrimento. Os trabalhadores não participam fazem parte desta divisão apesar de serem os grandes responsáveis pelos resultados obtidos.

A questão da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) talvez seja uma das mais emblemáticas desse cenário. Antigamente, conhecida como “girafa”, começando a ser distribuída em 1948, vem aos longos dos anos sofrendo um impacto cada vez mais regressivo no bolso do Trabalhador.

O primeiro acordo de 1997 previa que os trabalhadores da CSN teriam direito a 10% do valor que fosse distribuído aos acionistas, a título de dividendos ou juros sobre capital próprio. Dessa forma, a CSN, assim como outras empresas de grande porte, repassou aos trabalhadores vários salários anualmente através PLR. Porém, a CSN, tendo maioria na comissão, o olho cresceu, alterou a regra da PLR passando à distribuição com base na EBTIDA<sup>7</sup>. Assim, em um primeiro momento, já reduziu drasticamente o ganho dos trabalhadores. Em seguida, não satisfeita, o olho cresceu novamente e limitou o pagamento da PLR à, no máximo, dois salários. (FISENGE, 2012)

<sup>7</sup> Earnings Before Interest Taxes, Depreciation and Amortization – Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização.

A mudança de repasse da participação dos funcionários no lucro da empresa, que, em 1997, consistia em 10% do valor que era distribuído aos acionistas, caso fosse adotado nos mesmos moldes nos dias atuais, levando em conta que a empresa pagou aos acionistas no ano de 2012 algo em torno de R\$1,2 bi (conforme notícia vinculada no jornal diário do vale do dia 30/04/2012<sup>8</sup>), contando com um quadro de trabalhadores em torno de 9 mil funcionários, se todo trabalhador recebesse uma quantia fixa, cada trabalhador receberia um valor em torno de R\$13.333,33. Algo bem distante do valor pago aos trabalhadores em 2013 que receberam 1,3 de seus respectivos salários. Supondo que a maioria dos trabalhadores da CSN recebem em média algo em torno de R\$2.500 (o salário de um operador 1 por exemplo não chega a R\$1.000,00), ou seja, a média da PLR paga aos funcionários não passou de R\$3.250,00. A diferença entre o valor médio pago em 2013 e o valor que seria pago caso os moldes fosse os mesmos desde 1997, gira em torno de uma diferença de R\$10.083,33. Considerando ainda a média de salários a R\$2.500,00 e levando em consideração a regra usada até 1997, pode-se estimar que cada trabalhador receberia cerca de 5,3 dos seus respectivos salários ao invés dos 1,3 atuais<sup>9</sup>. Todas essas informações são descritas na tabela 2;

**Tabela 2: Projeções – PLR**

<b>PLR - Projeção Mantendo os moldes Anteriores (até 1997)</b>			
A - Média de Funcionários	B - Repasse aos Acionistas	C- 10% de(B)	PLR - C/A
9000	R\$ 1,2 bilhões	R\$120 milhões	<b>R\$ 13.333,33</b> <b>Valores Nominais</b>
<b>PLR - Situação atual</b>			
Média de Salários dos Trabalhadores		PLR Média 1,3 Salário	
R\$ 2.500,00		<b>R\$ 3.250,00</b> <b>Valores Nominais</b>	
Diferença (Molde Anterior - Situação Atual)		<b>R\$ 10.083,33</b> <b>Valores Nominais</b>	

**Fonte:** Elaboração Própria com dados obtidos nos Balanços Orçamentários da CSN

De acordo com o SENGE-VR (Sindicato dos Engenheiros de Volta Redonda), os trabalhadores perderam em 12 anos (2000/2012)<sup>10</sup>, cerca de R\$1,4 bilhões em PLR<sup>11</sup>. Se esse valor

<sup>8</sup>Disponível em: [http://diariodovale.uol.com.br/noticias/0,56392,CSN-distribui-R\\$-12-bi-a-acionistas.html#axzz2l9mDHDkn](http://diariodovale.uol.com.br/noticias/0,56392,CSN-distribui-R$-12-bi-a-acionistas.html#axzz2l9mDHDkn). Acessado em 05 de novembro de 2013.

<sup>9</sup> Para se chegar a este índice dividiu-se os R\$13.333,33 pela média dos salários que gira em torno de R\$2.500,00, tendo assim uma estimativa aproximada de quanto cada trabalhador receberia considerando-se as diferenças salariais.

<sup>10</sup> No ano 2000 já vigorava uma forma diferente de 1997 e, portanto, se considerada a fórmula inicial (até 1997) esse montante seria consideravelmente maior.

fosse dividido para o número médio dos funcionários, daria um valor individual em torno de R\$155.555,56, conforme a tabela 3.

**Tabela 3:** Valor Perdido de PLR (2000/2012)

Apuração SENGGE - Perda do valor da PLR ao longo dos anos		
A - Número Médio de Funcionários	B - Valor Médio Perdido ao longo dos Anos	Perda Individual B/C
9000,00	R\$ 1.400.000.000,00	R\$ 155.555,56 Valores Nominais

**Fonte:** Elaboração Própria com do SENGGE (2013)

Esse cenário de precarização é atrelado, dentre outras causas, à perda de poder sindical em Volta Redonda, mais precisamente durante o ano de 1992, período que a chapa Formigueiro<sup>12</sup> presidida por Luiz de Oliveira Rodrigues, que tinha suas bases ligadas à Força Sindical, “fundada em março de 1991, expressaria parte do projeto neoliberal no movimento organizado dos trabalhadores e representaria uma simbiose entre o velho sindicalismo e as tendências mais nefastas do ideário neoliberal” (GRACIOLLI, 2007, p.60), mudando todo o panorama de lutas e resistência na cidade para um cenário de “parceria”. A chapa adotava uma postura que o sistema vigente de enfretamento era uma realidade que não cabia aos tempos modernos, algo falido. A base sindical da cidade, que desde o início da Companhia lutava tanto por direitos dos trabalhadores como dos próprios moradores da cidade passa a ser totalmente reformulada.

Segundo Graciolli (2007), o Plano Nacional de Desestatização do Governo Collor e as ações necessárias principalmente ao setor siderúrgico, emergiam uma necessidade de mudança de postura do sindicato da cidade, ligado a Central Única dos Trabalhadores (CUT), considerado como um dos mais radicais do país, que além da base operária, contava com um forte apoio da igreja católica e dos próprios moradores de Volta Redonda, portanto era mais do que necessário a fragilização da base sindical.

A vitória do ícone sindical Juarez Antunes do PDT nas eleições municipais de 1988 com cerca de 60% dos votos, durante a greve de maior repercussão já realizada na CSN em virtude do excesso de violência<sup>13</sup> por parte do exército brasileiro, que ocasionou a morte de três operários, Walmir Fernandes de 23 anos, Valmir Freitas de 22 e Carlos Augusto Barroso de 19, representa a força da base sindical na cidade onde o ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos (licenciado no

<sup>11</sup> Disponível em: <http://www.fisenge.org.br/portal2/?p=1302>. Acesso em 05 de novembro de 2013. Acesso em 05 de novembro de 2013.

<sup>12</sup> “A origem da expressão “Formigueiro” remonta à morte do Juarez Antunes, quanto um militante chamado Batatais teria dito “mataram uma formiga, mas não mataram o formigueiro” (GRACIOLLI, 2006, p. 163)

<sup>13</sup> Sobre a greve de 1988 ler Um Caldeirão Chamado CSN: Resistência operária e violência militar na greve em 1988. Edilson José Graciolli.

período da greve) chega a ocupar a cadeira máxima do poder executivo da cidade. Sua importância em Volta Redonda, também pode ser analisada inclusive com sua morte (acompanhada por uma série de mistérios, muito deles não explicados até hoje em torno do “acidente”), em 21 de fevereiro de 1989, menos de dois meses após tomar posse. A força em torno do carisma e a importância política do ex-sindicalista são apresentadas por Graciolli (2007):

Uma multidão estimada em 100 mil pessoas acompanhou o enterro do Juarez Antunes. Três candidatos à Presidência da República – Lula, Brizola e Roberto Freire – e o presidente nacional da CUT, Jair Meneguelli, compareceram às últimas homenagens ao líder sindical e prefeito de Volta Redonda. (GRACIOLLI, 2007, p. 92)

Atualmente, a praça que fica situada em frente a UPV, na qual se encontra o monumento em homenagem aos operários mortos na greve de 1988 recebe o seu nome (vide anexo 2).

Esse movimento, de mudança de postura de resistência para parceria, começa com a proximidade de líderes sindicais ao Presidente da CSN da época, Roberto Procópio Lima Neto, durante o período próximo a greve de 1990 que durou 30 dias (maior greve realizada em Volta Redonda), o sindicato não só alcançou os objetivos traçados como presenciou a demissão de grevistas, diretores sindicais e até cipistas<sup>14</sup>, conforme relatos de Graciolli:

Não apenas porque a CSN conseguiu o fim do movimento sem atender qualquer reivindicação ou, ainda, porque a espinha dorsal da organização operária sofreu sério comprometimento com mais demissões de ativistas, cipistas e diretores do sindicato. A isso se somou um abalo junto à base, relativamente à eficácia do padrão combativo de ação sindical. Os desgastes decorrentes da longa paralisação e as perdas havidas por conta das punições (não pagamento dos dias parados, das férias, do décimo terceiro e da “girafa”), por si só suficientes para corroer parcialmente a referência que a CUT possuía junto àqueles trabalhadores tiveram seus efeitos ampliados em razão do isolamento no interior do qual aquela greve se processou. (GRACIOLLI, 2007, p. 161)

A derrota durante a greve de 1990 surge como um marco de enfraquecimento sindical na cidade. A política de privatização a qualquer custo do governo federal fornecia aos diretos da CSN a agirem de maneira na qual seria conveniente já que todos os meios necessários estavam voltados os ideias da empresa, o Tribunal Superior do Trabalho (TST), por exemplo, concebeu a greve abusiva por 7 votos a 2, sendo inclusive descontados os dias de paralisação. Portanto, o cenário era desfavorável em todas as esferas para os funcionários e, consequentemente, para o sindicato, situação que viera a piorar ainda mais com a eleição da chapa Formigueiro.

A chapa Formigueiro em 1992 que contava com o apoio do Presidente da Companhia na época Roberto Procópio Lima Neto<sup>15</sup>, começa um plano de mudanças no município. Segundo Graciolli (2007), os objetivos não apenas estavam relacionados ao enfraquecimento da base sindical da cidade, transformando o Sindicato até então classista em uma extensão da empresa ou de

<sup>14</sup> Membro funcionário de uma empresa, indicado pela direção da mesma ou eleito pelo quadro de funcionários da mesma para compor a CIPA (Comissão Interna de Prevenção a Acidentes).

<sup>15</sup> Durante a campanha das eleições sindicais fez claramente propaganda em prol da chapa ligada à Força Sindical, chegando até mesmo a subir no carro de som da Força Sindical juntamente com os representantes sindicais

“parceria”, como também à mudança de pensamento da própria população de Volta Redonda que sempre esteve do lado dos trabalhadores durante as greves e manifestações, com a finalidade de implementar um pensamento benéfico em relação a privatização.

Portanto, a partir de 92, quando se estabeleceu a lógica sindical de “parceria”, perde-se a combatividade por parte do sindicato, acompanhadas por retrocessos trabalhistas/salariais e ofensiva por parte do capital.

Como a ofensiva neoliberal se torna vitoriosa tanto quanto a resistência dos trabalhadores estiver debilitada (como resultado da política de destruição das suas organizações autônomas, o que define uma incorporação passiva da força de trabalho ao projeto capitalista) ou quanto maior for a adesão, por parte dos trabalhadores, ao ideário neoliberal (o que define uma incorporação ativa da força de trabalho ao projeto capitalista), construir uma central sindical articulada (teórica e praticamente) por tal ideário é uma tarefa estratégica para o capital. (GRACIOLLI, 2000, p. 8).

Após esse período, esse cenário inercial apresentou uma pequena mudança no ano de 2007, onde ocorreu a greve mais recente dentro da UPV, confirmando a fragilidade da base sindical no município. O primeiro mandato do presidente dos Metalúrgicos de Volta Redonda, Renato Soares, colocando para votação dos metalúrgicos a proposta de entrar em greve e a mesma sendo aceita pelos mesmos, tenta resgatar de certo modo o espírito de luta sindical existente nas décadas anteriores na cidade (DIAS, 2010). Apesar de votarem a favor da greve, a grande maioria dos trabalhadores foi trabalhar normalmente nos períodos de “greve”, inclusive batendo recorde de produção durante o período de ocupação, principalmente na área de laminação (destacando o LTQ-2), conforme informações apresentadas na figura 6.



**Figura 7:** Recorde de 2007 – Período de greve

**Fonte:** Balanço semestral da CSN. Ano de 2007<sup>16</sup>

<sup>16</sup> Disponível em [http://www.mzweb.com.br/csn/web/arquivos/CSN\\_ER\\_2T07\\_port.pdf](http://www.mzweb.com.br/csn/web/arquivos/CSN_ER_2T07_port.pdf). Acesso em 10/11/2013.



É válido destacar que o recorde obtido em um período de greve dos trabalhadores é motivo de ridicularização por parte dos representantes da empresa, argumento utilizado inclusive durante as reuniões de acordos coletivos da empresa.

A greve de 2007, a primeira desde a década de 90 e, consequentemente, a primeira do período pós-privatização, terminou após 6 dias de ocupação da empresa, resultando um único ganho em relação a proposta inicial colocada em votação pela empresa. O “ganho” em questão foi o de fornecimento de um desjejum por parte da empresa aos trabalhadores, benefício este que praticamente não é utilizado pelos trabalhos da CSN visto que a maioria que trabalha em regime de turno e sequer está dentro da empresa no horário disponível para o café da manhã.

A greve de 2007 frustrou a esperança dos trabalhadores e sindicalistas em reviver a coesão dos trabalhadores da UPV, consagrada na década de 1980, que culminava com a “parada da usina” e o aumento da pressão sobre as empregadoras. (DIAS, 2010, p. 141)

Portanto, a partir da privatização da empresa, em um ambiente onde não há resistência operária, a empresa passou a ser responsável por ditar as regras com respaldo governamental e com manipulação de informações para grande parte da população cidade de Volta Redonda, criou-se um território facilitador das demissões ocorridas no período, assim como do fechamento de unidades atreladas ao processo de terceirização, possibilitando um enxugamento massivo do quadro dos trabalhadores. O operário que começa sua jornada de trabalho sem saber se vai conseguir sair vivo ao final dela visto todos os riscos que enfrenta, sofre ainda com a precarização de seu trabalho, sob um grau de exploração ainda maior, tanto pelo aumento da intensidade do trabalho e redução de salários reais quanto pelo aumento da produtividade do trabalho decorrente do progresso técnico e aquisições de novas máquinas, ainda está sujeito a uma progressiva sensação de instabilidade causada em decorrência da conjuntura favorável aos interesses patronais.

A Fábrica de Estruturas Metálicas (FEM), subsidiária inaugurada em 1960, durante toda a década de 90 (apesar de sua extinção ser realizada apenas em 2002) passou por diversas reestruturações e demissões. Sua desativação inclusive foi colocada como etapa crucial no plano de privatização da empresa. Por não pertencer diretamente ao quadro da CSN, a empresa tirou o máximo de proveito possível em relação a ideia de priorizar os setores ditos essenciais à sua produção, deixando de lado áreas classificadas como secundárias/periféricas, onde na visão dos dirigentes da companhia, a FEM se encaixava.

Além de não existir interesse em continuação das operações existentes, vale destacar que os trabalhadores da Fábrica de Estruturas Metálicas foram os que ganharam fama de “a força das greves”, como os agitadores e desencadeadores das manifestações dentro da UPV. Além da fama de combativos, os trabalhadores da FEM gozavam de um prestígio nacional na qualidade de seus

produtos e serviços, levando a crer que o fechamento da subsidiária também estava ligado a um maior controle e enfraquecimento do movimento operário da cidade (DIAS, 2010, p. 50).

Ainda sobre a FEM, pode-se destacar que a Fábrica inaugura um processo que passa a ser característico dentro do complexo siderúrgico de Volta Redonda: o de terceirização. Processo este que, na maioria dos casos, está ligado à precarização. “Entre os trabalhadores terceirizados, existem aqueles que, apesar de não gozarem dos mesmos direitos e benefícios dos trabalhadores diretos desfrutam de coberturas e garantias sociais asseguradas pela formalidade (os terceirizados fixos ou permanentes) e existem aqueles que possuem vínculos mais precários e gozam de uma proteção ainda menor, como o caso dos terceirizados temporários. (DIAS, 2010, p. 35)”. Ainda sobre esse “pontapé inicial” da FEM:

Antes que a FEM fosse extinta, ela foi responsável por grande parte dos contratos de manutenção da CSN. Se, inicialmente, ela contava com mão-de-obra própria e permanente, a partir da década de 1990 ela começou a subcontratar trabalhadores para trabalho temporário e permanente de manutenção dentro da UPV... Portanto, a FEM, quando ainda estava vinculada a CSN, iniciou o processo de segmentação e terceirização do efetivo da UPV, a princípio, através da separação dos trabalhadores de manutenção com contrato por tempo indeterminado entre as duas empresas e, posteriormente, com a multiplicação de contratos e empresas subcontratadas pela FEM para atuarem na UPV. (DIAS, 2010, p. 51 e 52)

A terceirização é benéfica para a empresa em vários quesitos, valendo destacar três dos principais deles. O primeiro deles, como já foi observado anteriormente, os trabalhadores são divididos em uma série de empresas diferentes, fragmentando ideais em comum que venham a surgir, ou seja, quanto maior o número de empregados em indústrias diferenciadas, maior as disparidades existentes e maior fragilidade da classe da classe trabalhadora.

Para os sindicatos, essa fragmentação do coletivo de trabalhadores intra e extra fabril causa desafios diferenciados: enquanto a dispersão dos trabalhadores em unidades produtivas diferentes cria uma fragmentação da base de representação sindical da categoria, a divisão dos trabalhadores entre várias empresas dentro de uma mesma unidade fabril pode acarretar uma fragmentação em função de diferentes enquadramentos da categoria e também intra-sindicato, devido à proliferação de contratos e acordos coletivos para trabalhadores dentro de uma mesma categoria e, principalmente, de uma mesma unidade produtiva. (DIAS, 2010, p. 36)

Em segundo lugar, os próprios riscos existentes nos negócios são compartilhados por mais de uma empresa, beneficiando as ações em torno de desvinculação do trabalhador do quadro da empresa. As questões em torno da segurança do trabalhador também não cabem somente à contratante, os ônus são divididos entre as partes. Diante disso, estrategicamente a CSN faz com que as funções consideradas de maior risco ou realizadas em ambientes mais insalubres sejam destinadas as empresas terceirizadas, “desta forma, cabe aos trabalhadores terceirizados de manutenção a parte do processo produtivo ‘mais penosa’ e ‘suja’”. (DIAS, 2010, p. 59)

Nesse sentido, vemos pipocar terceirização por todos os lados e das mais variadas formas, intensificando, cada vez mais, o processo de precarização do trabalho. O que está ocorrendo é uma verdadeira exportação de tensões, conflitos e da própria legislação trabalhista para fora das

unidades produtivas, já que, mesmo alocados dentro de seu espaço, os terceirizados são trabalhadores de um terceiro. (SANTANA, 2005, p. 17)

O terceiro benefício em favor do empregador está voltado para redução dos custos da força de trabalho. Na maioria das situações, as contratadas possuem além do salário mais baixo que a empresa contratante, apresenta menos benefícios como plano de saúde, investimentos em alimentação, entre outros, fazendo com que, do ponto de vista econômico, seja extremamente viável a realização das terceirizações pela CSN.

... Alguns trabalhadores acusam a CSN de abrir licitações em forma de leilão do “quem dá menos”. Uma vez reduzido o valor do contrato, para auferir seus lucros, a prestadora de serviços estaria deteriorando os salários e/ou os benefícios de seus empregados (DIAS, 2010, p. 40)

É interessante saber que em alguns casos (na minoria deles), algumas empresas terceirizadas apresentam certas vantagens em relação a empresa contratante como, por exemplo, uma jornada trabalho mais flexível, salários mais elevados, bonificações e benefícios. A empresa Vais do Brasil é um exemplo isolado dentro do complexo siderúrgico em sinônimo de valorização e qualificação de seus profissionais, mas de uma maneira geral, em sua grande maioria, a terceirização é ligada a precarização, um retrocesso nos direitos adquiridos pelos trabalhadores aos longos dos anos, conforme citação abaixo.

[...] a terceirização pode significar para o trabalhador uma revogação parcial ou total de direitos, ou seja, uma formalização “flexibilizada”, ou na informalização decorrente do desemprego ou de formas atípicas de emprego. Em função disso, a terceirização aparece quase sempre vinculada à precarização do trabalho na obra de especialistas sobre o tema, bem como na fala de líderes sindicais e trabalhadores (DIAS, 2010, p. 18).

Em virtude dos fatos mencionados, os benefícios em prol da terceirização estão voltados basicamente aos interesses da empresa. Os funcionários, na grande maioria dos casos, recebem benefícios inferiores aos obtidos pelos trabalhadores diretos, além de não haver vínculo direto, proporcionando novas formas de ajustes em relação as ações que venham a atingir a classe trabalhadora, além de proporcionar uma fragmentação dos operários que são alocados em empresas menores, facilitando o controle por parte da empresa contratante. De modo geral, a terceirização é uma contrarreforma, acaba por realizar uma espécie de “maquiagem” da retirada dos benefícios dos trabalhadores conquistados ao longo do tempo.

Ainda sobre os direitos dos trabalhadores perdidos ao longo do tempo, até mesmo as questões ditas como básicas para que o trabalhador possa executar sua jornada de trabalho como a alimentação, a CSN deixa a desejar. Desde a implantação do turno de 6 horas na empresa, no ano de 2007, os trabalhadores que atuam em turno de revezamento passaram a receber um lanche no início da sua jornada de trabalho em vez de refeição como almoço e jantar como era antigamente. Talvez o motivo maior da “birra” exercida pela empresa em relação à refeição seja em torno da questão do

turno de 6 horas apresentar uma letra<sup>17</sup> a mais, aumentando o número de funcionários, ou seja, utilizar seus meios para que o funcionário possa ficar balanceado caso haja alguma proposta dos termos executados em relação ao turno de revezamento.

Ainda sobre o turno de revezamento, é importante citar que a exploração em torno da jornada de trabalho do funcionário começa antes mesmo de bater o ponto e, por conseguinte, iniciar suas funções. Apesar da jornada de trabalho ser de 6 horas, o operário é obrigado a bater o ponto quinze minutos antes, ou seja, tirando as folgas obtidas no mês, em torno de 24 dias trabalhados, gera em torno de 360 minutos de trabalho não pago, ou um dia de trabalho por mês que não é convertido em salário para o trabalhador. A argumentação por parte da empresa referente aos quinze minutos de antecedência e rendição dos turnos é voltada para o foco na segurança através das “reuniões relâmpago”<sup>18</sup> porém, as mudanças significativas da necessidade de investimento na segurança dos funcionários e na manutenção dos equipamentos não são executadas como deveriam por parte da empresa e, caso fosse de interesse da empresa ou necessidade para fins de melhoria na segurança, então que esse dispêndio de tempo adicional expropriado dos trabalhadores fosse remunerado.

Segundo o código trabalhista no seu artigo 4º diz “Art. 4º - Considera-se como de serviço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, salvo disposição especial expressamente consignada” (BRASIL, 1943), portanto, não bastasse a super-exploração mediante a realização de trabalho extra não pago, ainda trata-se de uma medida inconstitucional perante o código trabalhista brasileiro.

As questões em torno dos adicionais tanto de insalubridade quanto de periculosidade das diversas áreas da usina, as quais são caracterizadas por apresentarem riscos suficientes para serem classificadas como tal, também é um problema corriqueiro dentro da UPV. Apesar de previsto em lei, regulamentados pela NR15 e NR16 em referência a insalubridade e periculosidade, respectivamente, a empresa utiliza de todas as estratégias possíveis dentre as existentes para que esse direito não chegue de fato as mãos do trabalhador ou, quando chega, muita das vezes sofre algum tipo de defasagem.

Com respaldo na burocratização das leis específicas a esse tipo de particularidades trabalhistas, visto que caso o trabalhador venha a recorrer sobre os seus direitos deverá inclusive ser responsável pelo pagamento da perícia do local, a CSN deixa de realizar o pagamento para diversos

---

<sup>17</sup> A jornada de turno de revezamento da Companhia segue 4 horários distinto do dia divididos em turnos de seis horas além da folga, que mudam a cada período de seis dias (00:00 às 06; 06 às 12:00; 12:00 às 18:00; 18:00 às 00:00). Cada grupo de funcionários que se encontra em um determinado horário caracteriza uma letra, ou seja, a empresa possui as letras A, B, C, D e E. Cada uma em um dos quatro horários e uma de folga, em uma escala de 6X1 e 6x2, seis dias trabalhados para uma folga que muda para seis dias trabalhados para duas folgas, repetindo o ciclo novamente

<sup>18</sup> Reunião realizada antes da jornada de trabalho pelo líder de cada equipe com o foco em segurança abordando assuntos diversos sobre o tema.

trabalhadores que possuem o direito de recebimento, mas o mesmo é colocado em segundo plano. Existem casos, por exemplo, que em uma mesma função, um dado trabalhador recebe o percentual e seu colega do lado não recebe ou caso receba, o valor pode inclusive ser inferior<sup>19</sup>.

O plano de saúde dos trabalhadores da CSN também sofreu impactos negativos ao longo dos anos. No plano de saúde disponível até o ano de 2000, os funcionários usufruíam da utilização de plano de saúde sem qualquer ônus. Hoje, ao utilizar o plano de saúde para qualquer tipo de consulta e/ou tratamento a empresa fica responsável por subsidiar apenas uma parte do valor, ficando a cargo do funcionário o pagamento do restante. É fato que a empresa seja responsável pelo subsídio da maior parte do valor gasto, acontece que, se o trabalhador possuir dependentes e os mesmos utilizarem o plano de saúde com certa frequência, os valores referentes ao fator do plano moderador (modalidade atual de assistência à saúde) sobre a utilização vão impactar significativamente no salário do funcionário.

A empresa, por sua vez, utiliza como “defesa” questões relativas a má utilização do plano de saúde quando o mesmo era realizado nos moldes anteriores sem o fator do plano moderador, ou seja, sem qualquer participação por parte do funcionário. Acontece que essa situação é uma clara estratégia da empresa que visa diminuir quaisquer custos que venham a surgir em seu caminho. Partindo do princípio de que o salário dos funcionários se encontram cada vez mais defasados, contando com uma série de descontos que já são previstos em lei, outras despesas recorrentes acabam por penalizar ainda mais o operário.

O assunto em questão se trata de algo fundamental na vida de qualquer ser humano. A saúde dos trabalhadores não é algo supérfluo e sim essencial aos trabalhadores, assim como já discutido anteriormente em relação a alimentação dos funcionários. A mudança do plano de saúde para um modelo em que o funcionário seja responsável por subsidiar uma parte do seu tratamento é mais uma “economia” realizada pela empresa que só vem a contribuir para um debate de total falta de valorização da sua força de trabalho. Mesmo que uma minoria faça a utilização do plano de saúde de uma maneira inadequada, a grande maioria não vai ao médico ou procura qualquer tipo de tratamento de forma superficial e sim por pura necessidade. Vale destacar que, pelo simples fato de trabalhar em uma siderurgia, o operário necessita de uma série de cuidados diferentes em relação aos trabalhadores de outros ramos da economia. Em relação ao pensamento em benefício dos funcionários, operando apenas em prol da lógica econômica:

O capital se encarna em coisas: instrumentos de produção criados pelo homem. Contudo, no processo de produção capitalista, não é o trabalhador que usa os instrumentos de produção. Ao contrário: os instrumentos de produção —convertidos em capital pela relação social da

---

<sup>19</sup> Segundo a Norma Regulamentadora 15 – NR15, o adicional de insalubridade pode variar entre 10, 20 e até 40% sobre o salário mínimo vigente. A NR16 regulamenta o adicional de periculosidade aonde o cálculo é realizado em torno de um valor fixo, 30% do salário base do funcionário.

propriedade privada — é que usam o trabalhador. Dentro da fábrica, o trabalhador se torna um apêndice da máquina e se subordina aos movimentos dela, em obediência a uma finalidade —a do lucro —que lhe é alheia. O trabalho morto, acumulado no instrumento de produção, suga como um vampiro cada gota de sangue do trabalho vivo fornecido pela força de trabalho, também ela convertida em mercadoria, tão venal quanto qualquer outra. (MARX, 2009, p. 34)

Diante do que foi observado no capítulo, ao longo dos anos, a companhia obteve uma série de ganhos, principalmente na área financeira, em detrimento de direitos perdidos por parte dos trabalhadores da empresa. O discurso utilizado gira na lógica do ganho a qualquer custo ou, em outras palavras, na superexploração da força de trabalho a fim de extrair uma taxa maior de Mais-valia Absoluta, ou seja, incremento da produção do excedente a ser apropriado pela empresa através de intensificação do ritmo de trabalho onde já uma maior produção em menor tempo. Não há uma valorização para com os funcionários especialmente se forem analisados os números da siderúrgica nos últimos anos no qual expandiu seus negócios para outros ramos, acumulando ainda mais capital juntamente com a diminuição de direitos conquistados por sua mão de obra trabalhadora.

#### 4. CONCLUSÃO

Diante do que foi apresentado, se houve mudanças nas relações produtivas da UPV, foram todas absorvidas pela lógica do capital. Os dados de recortes de produção e lucratividade vivenciados pela empresa ano após ano, presentes em seus demonstrativos financeiros não condiz com a realidade vivida pelos trabalhadores.

Com a privatização e a ofensiva dos preceitos de cunho neoliberal, a década de 90 foi marcada pela intensificação e exploração da força de trabalho, destacando principalmente a crescente terceirização/precarização da força de trabalho e as perdas salariais. A razão principal da crise vivenciada pela companhia nos períodos anteriores ao da privatização foi exposta como administrativa, e não ocasionada por um excesso de força de trabalho da siderúrgica, colocada até então como ponto central da “crise” existente. Com o enxugamento da força de trabalho através das demissões em massa e fechamento de unidades os funcionários começaram a adquirir novas funções com sobrecarga de trabalho, ocasionando aumento da produtividade em detrimento dos direitos adquiridos pelo sindicato da empresa durante as décadas de 70 e 80.

Ainda com relação ao sindicato, a vitória da chapa Formigueiro em 1992 e a mudança de postura de confronto para “parceria” mudou a relação do movimento sindical na cidade. O sindicato dos metalúrgicos de Volta Redonda que, durante muitos anos, serviu de exemplo de luta para todo país, sofreu um duro golpe na década de 90, fragilizando a base do movimento sindical e gerando descrédito junto aos trabalhadores, situação refletida nas tentativas frustrantes de greves após 1992 já que após esse período, não houve consentimento por parte dos operários.

Dentro de um cenário onde não há barreiras para a ofensiva do capital, explicadas no pensamento de Marx, quando começa a se acumular derrubam-se todas as barreiras que prendem seu desenvolvimento, colocando-as no seu próprio interior com a base sindical servindo aos objetivos empresariais. Os trabalhadores da UPV passaram, então, a enfrentar uma situação que envolveu perda de direitos adquiridos juntamente com uma exploração cada vez maior de sua força de trabalho. Portanto, é necessário que haja mudança com relação à situação enfrentada pela classe trabalhadora da cidade. Uma das alternativas é uma reformulação na base sindical com participação direta dos funcionários para que possa existir empecilhos e,consequentemente, a empresa não consiga impor todas as suas vontades. Uma legislação menos flexível também se faz necessária visto que as grandes corporações trabalham de forma a alcançar brechas que possibilitem maiores facilidades no que tange os seus mais diversos objetivos. Com a ofensiva neoliberal na década de 90, a burguesia dita as regras do jogo, a situação se move de acordo com suas rédeas, um governo forte e presente, ultrapassando a esfera atual com o foco na regulação, que represente de fato os objetivos dos trabalhadores é outra solução para o problema.

Apesar dos laços entre a cidade e a siderúrgica não serem tão estreitos como no passado, a CSN ainda ocupa lugar de destaque na cidade de Volta Redonda, empregando cerca de 18.000 trabalhadores diretos e indiretos. Mesmo com o setor de serviços crescendo ano após ano no município é grande a importância em torno da siderurgia, não apenas para a cidade, mas para toda a região do Sul Fluminense. Por isso, as mudanças para que se possa existir uma divisão mais equitativa dos bônus adquiridos pelo setor são necessárias, e devem fazer parte da pauta da administração pública da região. Vale lembrar que nas crises econômicas recentes ficou explícito que o mercado sozinho não possuem limites para alcançar seus objetivos e sequer tem sozinho o domínio e poder de se auto-regular.

É importante analisar que o presente trabalho não abordou uma série de assuntos que também norteiam as relações produtivas no complexo da Usina Presidente Vargas que necessitam de um maior aprofundamento em trabalhos futuros, como, por exemplo, as questões em torno do passivo ambiental da siderurgia, a estreita relação de impostos pagos pela companhia e as questões que envolvem a aquisição dos terrenos adquiridos juntamente com a privatização, sendo por anos um dos maiores empecilhos para novos empreendimentos na cidade. Diante do levantamento destas questões, talvez se torne mais evidente todas as faces desumanas executadas pelas máquinas de acumulação de capital cridas pela burguesia que funcionam de um combustível abundante no mercado cada vez mais barato e eficiente, o suor de toda classe trabalhadora.

## 5. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ARAÚJO, L. A. **Manual de Siderurgia**. Edita Arte & Ciência. São Paulo. 1997.

BRASIL. **Consolidação das Leis Trabalhistas**. Decreto-Lei N.º 5.452, De 1º de Maio de 1943.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Lei Nº 5.811, de 11 de outubro de 1972**. Brasília, DF, 11 out. 1972.

CALIFE, M. N. S. **A Relação Capital-Trabalho na Gênese da CSN**. 2000. 128 f. Tese (Mestrado em História) – Universidade Severino Sombra, USS. Vassouras. 2000.

CSN. Companhia Siderúrgica Nacional. **INFO FINANCEIRAS** – Relatórios Anuais – 2000/2012. Disponível em: <[http://www.mzweb.com.br/csn/web/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=1388](http://www.mzweb.com.br/csn/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=1388)>. Acesso em 10 de outubro de 2013.

CSN. Companhia Siderúrgica Nacional. **INFO FINANCEIRAS** – Resultados Trimestrais – 2000/2012. Disponível em: <[http://www.mzweb.com.br/csn/web/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=1382](http://www.mzweb.com.br/csn/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=1382)>. Acesso em 10 de outubro de 2013.

DIAS, S. O. M. **Dentro da usina mas fora da “família”**: trabalhadores e terceirização na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). 2010. 179f. Tese (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. Rio de Janeiro. 2010.

DIÁRIO DO VALE. BR. **CSN PAGA R\$300 Milhões a acionistas**. Disponível em: [http://diariodovale.uol.com.br/noticias/1,77371,CSN%20paga%20R\\$%20300%20milhoes%20a%20acionistas.html#axzz2kPUalOgV](http://diariodovale.uol.com.br/noticias/1,77371,CSN%20paga%20R$%20300%20milhoes%20a%20acionistas.html#axzz2kPUalOgV). Acesso em 20 de novembro de 2013.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Boitempo Editorial. São Paulo. 2010.

EXAME. BR. **Por que a Usiminas foi a grande vilã do prejuízo da CSN**: Disponível em <<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/por-que-a-usiminas-foi-a-grande-vila-do-prejuizo-da-csn>>. Acesso em 05 de dezembro de 2013.



FISENGE. Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros. BR. **SENGE-VR**: Em 12 anos, trabalhadores da CSN perderam R\$1,4 bilhões em PLR. Disponível em: <http://www.fisenge.org.br/portal2/?p=1302>. Acesso em 05 de novembro de 2013.

GRACIOLLI, E. J. **Privatização da CSN: da luta de classes à parceria**. Expressão Popular. São Paulo. 2007.

GRACIOLLI, E. J. **Um caldeirão chamado CSN**: resistência operária e violência militar na greve em 1988. EDUFU, 2ª ed. 2009.

GRACIOLLI, E.J. **Um Laboratório chamado CSN**: Greves, Privatização e Sindicalismo de Parceria (a Trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda – 1989/1993). XXIV Encontro Anual da ANPOCS. Rio de Janeiro. 2000.

HOBBSAWN, E. J. **Os trabalhadores** – estudo sobre a história do operariado. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

LIMA, R.J.C. **A "Reinvenção" de uma Cidade Industrial**: Volta Redonda e o pós-privatização da Companhia Siderúrgica Nacional. 2010. 260f. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRG/IFCS, 2010.

MARX, K. **O Capital** – crítica da Economia Política. Livro 1, volumes I e II. 23ª ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2009.

SANTANA, M.A. **O mundo do trabalho em mutação**: as reconfigurações e seus impactos. Caderno do Instituto Humanista Unisinos, São Leopoldo, 2005.

SILVA JUNIOR, A. R. **Algumas considerações sobre o Consenso de Washington**. Revista UNILAGO, v. 4, p. 7-16. 2005.

VEIGA, S. M.; FONSECA, I. **Volta Redonda**: Entre o aço e as armas. Vozes. Petrópolis. 1990.